

Artigo

A UTILIZAÇÃO DO ACORDO DE ALVOR COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Por Alexandre da Silva Santos
e Girlane Santos da Silva

RESUMO: Esta discussão tem como proposta utilizar o Acordo de Alvor como fonte para o Ensino de História. Com o objetivo de discutir sobre o uso de fontes documentais no processo de ensino e aprendizagem de temáticas pertinentes às lutas de libertação na África pós Segunda Guerra Mundial. Desta maneira, entende que promover o debate, para assim alcançar a reflexão, em alunos da educação básica, significa mediar o ensino para contribuição formativa e identitária dos discentes. Além disso, insere-se esses indivíduos no meio social, cultural e político – tudo em virtude de as aulas de histórias não serem, neste cenário, algo simplista e restritivo à marcos cronológicos. Sendo assim, os diálogos promovidos redimensionam a importância social da área na formação de jovens que sinalizam a valorização do intelecto e do posicionamento crítico. Para tanto, possibilita ao acadêmico da educação básica conhecer parte dos processos históricos relacionados à libertação de Angola, sobretudo aqueles oriundos da década de 1950 com a formação de partidos políticos que iriam, em 1975, estabelecer com Portugal um tratado de transição de governos. Assim, este estudo visa, particularmente, ampliar a discussão sobre procedimentos metodológicos para o ensino em uma fase escolar responsável pela formação de valores diversos em jovens e adolescentes.

Palavras Chaves: Umbanda; Identidade; Resistência

Introdução

A historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt, ao analisar as concepções que regeram o ensino de História no Brasil nos faz entender que a maneira como os conteúdos programáticos são ensinados em sala de aula, nem sempre estiveram em alinhamento com o que orienta os Parâmetros Curriculares Nacionais, sobretudo o PCN de História para a educação básica, no ensino médio.

Deste modo, este estudo surge da inquietação de buscar compreender como realizar

um ensino de História das Áfricas, em um primeiro momento, a partir do uso de fontes como o Acordo de Alvor, alinhado às orientações que o PCN de História pontua para o ensino de temas relacionados a esse aspecto do conhecimento histórico.

Nesse sentido, fazendo uso de uma pesquisa de natureza bibliográfica, pautada em fichamentos temáticos de leituras sobre História das Áfricas, Ensino de História e História de Angola, para a construção deste estudo, em fase inicial de pesquisa.

Após isso, a etapa descrita teve o intuito também de indagarmos as seguintes proble-

máticas a respeito do tema: Como realizar um ensino de História das Áfricas capaz da promoção de debates, através da interdisciplinaridade? A fim de buscar respostas para tais indagações, este estudo se organiza do seguinte modo: a) realiza uma descrição panorâmica do ensino de História; e b) Faz observações de que como podem ser trabalhados os conteúdos programáticos desse campo do saber histórico a partir de documentação oficial para alunos da educação básica.

Dessa maneira, visa contribuir para a crítica relacionada ao processo de ensino e aprendizagem em História das Áfricas, atualmente, nas escolas brasileiras, sobretudo na etapa em que os alunos estão na fase da adolescência e ressignificando o mundo cultural e social que os cerca, isto é, constituindo suas identidades. Logo, o entendimento do que representa isso, à luz de um conhecimento histórico, significa contribuir para a formação sociocognitiva desse indivíduo.

2 O ensino de História e a História das Áfricas

Os Parâmetros Curriculares para História¹, orientam-nos a entender a dimensão temporal – inscrita na memória coletiva partilhada – das identidades e dinâmicas dos processos e assim situa as ações humanas em suas complexas relações de interação. Por conseguinte, promove uma leitura pontual e significativa da produção e do papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas das práticas de diferentes grupos e atores sociais.

Em outras palavras, em sala de aula, um ensino de história orientado a partir dessa perspectiva - em particular à História das Áfricas - possibilita fazer no aluno, pensar o continente africano diferente de uma visão europeia ou

de senso de comum, sobretudo de sentidos oriundos de narrativas que foram construídas desde o século XIX.

Para André Bueno, em *História da África: debates, temas e pesquisas para além da sala de aula*, de 2019, revela-se que a partir da promulgação da Lei 10.639, de 2003, deu-se início a um processo de desconstrução dessa perspectiva para jovens alunos da educação básica, a fim de que fosse por eles conhecidos as tradições, conflitos, história, cultura e sociedades africanas. Logo, Bueno destaca que “a ausência de conhecimentos sobre a África forçou uma necessária reformulação de nossos modos de construir e ensinar história. Esse imenso continente, em suas multifacetadas expressões, exige uma abordagem diferente daquelas concebidas pelos meios eurocêntricos².”

Nesse sentido, o ensino de temas relacionados aos temas africanos e afro-brasileiros exige do professor uma abordagem diferente daquelas concebidas pelos meios usuais. Com efeito, compreendemos que um dos caminhos se dá por uma epistemologia construída a partir de uma experiência sociocultural e histórica dos povos africanos. Logo, a interdisciplinaridade se torna fundamental para os estudos africanos e, conseqüentemente, para o ensino.

Essa perspectiva está alinhada às premissas que os Parâmetros Curriculares Nacional, PCN, sobretudo de História, pois orienta-nos em sala de aula para a promoção de uma educação inscrita em valores humanísticos na formação moral e cultural do indivíduo – e o mais importante – está em compreender do ponto de vista histórico as transformações sociais e econômicas.

¹ BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio. Parte IV – História. Brasília: DF, 1998.

² BUENO, André. Introdução. In: BUENO, André; DURÃO, Gustavo; GARRIDO, Mirian. (Orgs). **História da África: debates, temas e pesquisas para além da sala de aula**. Edições Especiais Sobre Ontens. Ebook, 2019. p.7

Nesse bojo, a partir dos pressupostos apresentados indagamos como o professor pode utilizar a documentação para a promoção dessa abordagem de ensino de História das Áfricas?

Antes de avançarmos nessa discussão, é preciso esclarecer que a Lei 10.639/2003 determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares do Brasil, como o trecho a seguir exemplifica:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10 A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 10 O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra-brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 20 Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras³.

Esses aspectos se sustentam ao fato de que o ensino de história, de um modo geral, deve levar em consideração os diferentes agentes

³ BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. **Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

sociais envolvidos na produção de testemunhos, compartilhamento de memórias; como também na compreensão de especificidades existentes em leituras e análises de documentos variados.

Assim, ainda houve a promulgação de uma outra lei 11.645/2008, que traz as seguintes alterações da 10.639/2003:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)⁴

⁴ BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

Logo, percebemos que tais mudanças contribuem para avanços em escolas que trabalham a questão da valorização étnica e cultura afro-brasileira, e ainda auxiliam na difusão de práticas de ensino quanto ao reconhecimento da importância - da parte do aluno, a saber - da cultura afro para formação cultural brasileira.

Para tanto, Andréa Giordanna Araújo da Silva⁵ orienta-nos a entender que fazer uso de documentos oficiais, significa transitar por uma rede complexa de saberes e práticas institucionais, ideológicas, disputas políticas e verdades variadas. Dessa maneira, elucidar os processos históricos que estão relacionados a tais categorias e à documentação em si, consiste-nos em apreender que o professor contribui para a formação histórica do aluno. Em suma, há uma interpretação de um tempo presente em uma perspectiva mais funcional e pragmática de nosso passado histórico.

Por sua vez, Circe Maria Fernandes Bittencourt⁶ expõe que na função de transformar o ensino a ser ensinado e convertido em saber apreendido, da parte do discente, o professor - sobretudo o de história - auxilia a construção de interpretações sobre o cotidiano.

Assim, a interdisciplinaridade para a promoção da interpretação de documentos, passa por metodologias sustentadas no diálogo e no debate; com isso, o ensino de História das Áfricas atinge dimensões de apreensão que estão para além de um saber de senso comum, este que o aluno traz para a sala de aula a partir de suas experiências de mundo.

3 O Acordo de Alvor e o Ensino de História das Áfricas

Kalina Silva e Maciel Silva (2017) em Dicionário de Conceitos Históricos, ao mapearem os principais termos ligados ao campo da História, nos apresentam uma breve historiografia e suas concepções, ambos têm a preocupação de ressaltar a importância de considerarmos as especificidades de cada localidade e temporalidade para que não possamos cair no ledão engano da homogeneização e anacronismo, assim entendemos que a: “Fonte Histórica, documento, registro, vestígio são todos os termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve como base para a construção do conhecimento histórico⁷.”

Nesse sentido, Carl Pinski e Tania Luca⁸, ao discutirem sobre o uso de documentos como fonte e uma memória evanescente, utilizam a Carta de Pero Vaz Caminha como exemplo de mutabilidade de fonte, mas também como link para fazermos conexões com o passado, no qual esse documento tem uma forte relação com o sentido que empregamos, isto significa dizer que a interpretação que temos sobre os vestígios de tempos atrás estão carregados por nossas subjetivadas e concepções, assim nossas produções são marcadas por nossas experiências como sujeitos críticos de sua época⁹.

Dessa forma, pensando na fonte como vestígios carregados de significados deixados por homens e mulheres marcados por suas crenças de mundo e valores morais.

⁵ SILVA, Andréa Giordanna Araújo da. Os documentos oficiais e ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: objetivos e conteúdos. In: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; ZARBATO, Jaqueline. **Aprendendo História: Ensino**. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019. p.57-65

⁶ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Por seu turno, o Acordo de Alvor¹⁰ é um documento elaborado e assinado no período de 10 a 15 de janeiro em Alvor, Algarve, em Portugal. Ele visava realizar as negociações do processo de transição do colonialismo português para a independência política de Angola, em 1975. Com isso, se fizeram presentes os movimentos (grupos) angolanos envolvidos nessa seara, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente de Libertação de Angola (FNLA), e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

O documento elaborado a partir desse acordo foi estruturado em onze capítulos, com sessenta artigos que tratam de temas como: “Da independência de Angola”, de ser “Ilícito qualquer acto de recurso à força”, “Do alto-comissário”, “Do governo de transição”, “Competência do governo de transição”, “Dos refugiados e das pessoas reagrupadas”, “Eleições em outubro”, “Da nacionalidade angolana”, “Dos assuntos de natureza financeira”, “Criação de um banco emissor”, “Da cooperação entre Angola e Portugal”, “Das comissões mistas” e dos “Desacordos entre Portugal e Angola”

Desse modo, o docente pode começar a discussão em sala de aula, elucidando pontos de contatos e de diferenças dos processos de independência do Brasil e de países africanos como Angola, a partir da exposição inicial do Acordo de Alvor, que diz-nos:

ILÍCITO QUALQUER ACTO DE RECURSO À FORÇA

ARTIGO 6.º

O Estado Português e os três movimen-

¹⁰ “Acordo entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola - “FNLA”, o Movimento Popular de Libertação de Angola - “MPLA” e a União Nacional para a Independência Total de Angola - “UNITA””, Fundação Mário Soares / António Arnao Metello. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.001> (2019-12-11) Acesso em outubro de 2019.

tos de libertação formalizam, pelo presente acordo, um cessar-fogo geral, já observado, de facto, pelas respectivas Forças Armadas em todo o território de Angola.

A partir desta data, será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes com vista a impedir a violência interna ou a agressão externa”.

Com efeito, o docente pode fazer com que o aluno entenda que houve conflitos armados nos estados africanos - como em Angola - e resultou em mortes dos dois lados, como expõe um trecho do Artigo 6º, para que assim haja um diálogo pacífico durante a transição de governos.

Nesse íterim, promove-se no aluno o entendimento de um contexto de produção para que haja a compreensão das relações que a disciplina de história, sobretudo ao de História das Áfricas. Desse modo, observa-se que o ensino não fica limitado à grande temas ou ainda há visões unívocas e eurocêntricas das sociedades africanas, mas orientado a partir de uma visão pautada em experiências humanas em seu tempo, geralmente dramáticas e de testemunho.

Com base nisso, faz-se mais sentido - da parte do aluno - compreender que o trecho do Acordo de Alvor, a seguir, elucida essa preocupação humanística que o documento traz à tona, como também proporciona, através do debate, fazer com que o discente se veja no lugar do outro em um cenário de guerras e tensões.

¹¹ “Acordo entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola - “FNLA”, o Movimento Popular de Libertação de Angola - “MPLA” e a União Nacional para a Independência Total de Angola - “UNITA””, Fundação Mário Soares / António Arnao Metello. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.001> (2019-12-11) Acesso em outubro de 2019. p.1

DOS REFUGIADOS E DAS PESSOAS REAGRUPADAS

ARTIGO 38.º

Logo após a instalação do Governo de Transição serão constituídas comissões partidárias mistas, designadas pelo Alto-Comissário e pelo Governo de Transição, encarregadas de planificar e preparar as estruturas, os meios e os processos para acolher os angolanos refugiados.

O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais supervisionará a acção destas comissões.

ARTIGO 39.º

As pessoas concentradas nas «sanzalas da paz» poderão regressar aos seus lugares de origem.

As comissões partidárias mistas deverão propor ao Alto-Comissário, ao Governo de Transição, medidas sociais, económicas e outras para assegurar às populações deslocadas o regresso à vida normal e a reintegração nas diferentes actividades de vida económica do país.¹²

Considerações

Nesse sentido, a utilização de fonte como instrumento didático auxilia no processo de ensino e aprendizagem a medida que aproximamos o passado com elementos palpáveis para esse aluno, afinal a história como disciplina é encarada como algo distante da realidade e do contexto de vida desse discente, assim é fundamental que façamos uma reflexão

¹² “Acordo entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola - “FNLA”, o Movimento Popular de Libertação de Angola - “MPLA” e a União Nacional para a Independência Total de Angola - “UNITA””, Fundação Mário Soares / António Arnao Metello. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.001> (2019-12-11) Acesso em outubro de 2019. p.6

xão envolvendo os acontecimentos anteriores com o cenário atual. Afinal, pensar o papel do professor como mediar o conhecimento e condutor a construção de uma opinião crítica, para formação de indivíduos questionadores na sociedade da sociedade em que estão inseridos requer ferramentas didáticas que viabilizem essa ação e a fonte documental mostrou-se útil nesse papel.

Porém, como dito anteriormente o seu uso deve ser pensando com cautela e maestria, a medida que se um lado podemos direcionar a reflexão de outro pode-se levar a conjecturas anacrônicas e errôneas. E ao apresentarmos o contexto africano é necessário ainda mais cuidado, afinal o estereótipo de não desenvolvida ainda permeia o imaginário coletivo do coletivo escolar existe e suas extensas redes de relações políticas, econômicas e culturais revelam uma complexidade que não pode ser ignorada.

Assim, utilizar documentos que exponham a soberanias de nações sob o domínio colonial, ao mesmo tempo rompe com a ideia de atraso, afinal presenciamos um movimento de resistência contra o que é considerado civilizado, além de expor as várias faces dessa luta contra o imperialismo português, uma vez que o Acordo de Alvor é composto por três representações angolanas.

Dessa forma, usar esse acordo como fonte documental requer domínio do contexto e das relações sobre a história de Angola do século XX, ela pode proporcionar a elucidação das facetas políticas que a permeiam e principalmente a intensa luta traçada por populações africanas por suas liberdade e independência do julgo colonialista de Portugal.

Com isso, conduzimos nossos alunos a reconhecerem o protagonismo dessas populações angolanas, a dissociarem a ideia da Europa como padrão de desenvolvimento e

enxergarem as dinâmicas que compõe o continente africano.

Alexandre da Silva Santos é Mestre em Letras e Mestrando em História pela UFAM. **Girlane Santos da Silva** é Graduanda em História pela UFAM.

Fonte

“Acordo entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola - “FNLA”, o Movimento Popular de Libertação de Angola - “MPLA” e a União Nacional para a Independência Total de Angola - “UNITA””, Fundação Mário Soares / António Arnao Metello. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11007.001> (2019-12-11) Acesso em outubro de 2019.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio. Parte IV – História. Brasília: DF, 1998.

BRASIL, **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL, **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BUENO, André. Introdução. In: BUENO, André; DURÃO, Gustavo; GARRIDO, Mirian. (Orgs). **História da África: debates, temas e pesquisas para além da sala de aula**. Edições Especiais Sobre Ontens. Ebook, 2019. p.7

SILVA, Andréa Giordanna Araujo da. **Os documentos oficiais e ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: objetivos e conteúdos**. In: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; ZARBATO, Jaqueline. **Aprendendo História: Ensino**. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019. p.57-65

SILVA, K. V; SILVA, M. H. **Dicionários de Conceitos Históricos**. 3º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.